

Terra em transe



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da
Academia Brasileira de
Letras

Em outra sexta-feira, tive a oportunidade de escrever, nesta coluna, sem qualquer preocupação ou dúvida de que o setor do agronegócio é o mais desenvolvido do nosso país, responsável pelo aumento do nosso PIB, representando o que há de mais moderno no mundo em matéria de pesquisa agrícola e agropecuária, em que o Brasil, com a Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária —, ocupa uma posição de excelência.

Hoje, também não tenho dúvida de afirmar que o maior de todos os nossos atrasos decorre da defasagem em ciência e tecnologia. Muitos desses desencontros foram resultado de políticas inadequadas, especialmente da falta de incentivos à aplicação tecnológica da ciência digital, que constitui a materialização prática da ciência.

Agora, com a realização da COP30 — 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima —, em Belém do Pará, ficam mais evidentes as descobertas da ciência sobre as mudanças do regime climático, com o alerta de que o aumento do efeito estufa e da temperatura da Terra estão caminhando para um ponto de não retorno. As enchentes avassaladoras apontam que o desastre ecológico que ameaça nosso planeta já está "mostrando suas unhas". Enquanto isso se processa, aparecem alguns negacionistas que só nos sugerem como

exemplo os pessimistas que Moisés mandou espiar a Terra de Canaã, que, com seus relatos, atrasaram em 40 anos a travessia do deserto.

Os Estados Unidos, que foram exemplo nestes últimos séculos da construção do regime das liberdades, objetivamente relacionadas nas 10 primeiras emendas à Constituição americana, inspiradas por Thomas Jefferson, agora assumem uma posição na qual a democracia está sob ameaça no mundo inteiro. Essa mudança iniciou com o desaparecimento do maior exemplo democrático para dar lugar aos fatos dolorosos que ocorreram em Washington antes da posse de Joe Biden, contabilizando cinco mortos e dezenas de feridos no ataque ao Capitólio, exemplo seguido pelo Brasil em 8 de janeiro de 2023.

Mas não ficou aí. Agora reeleito, o presidente americano iniciou a desestabilização da economia mundial com uma política de tarifas e, como sempre, enveredando pela negação da ciência ao não aceitar que o mundo marcha aceleradamente para uma tragédia ambiental. Trump não só não acredita como procura encontrar motivações demagógicas para as verdades comprovadamente frutos de descobertas científicas.

Felizmente, os números deste ano parecem apontar para uma inflexão nessa tragédia. Na realidade, tenho recebido da comunidade científica — bastante prestigiada por mim durante o tempo em que fui presidente da República — resultado do trabalho que lá atrás se iniciou: a descoberta do enriquecimento do urânio na fábrica de Aramar, desenvolvido pela nossa Marinha, em que asseguramos a destinação da energia nuclear para fins pacíficos, com aplicação na saúde, na produção de energia etc.

Com ambições de modernidade, tivemos

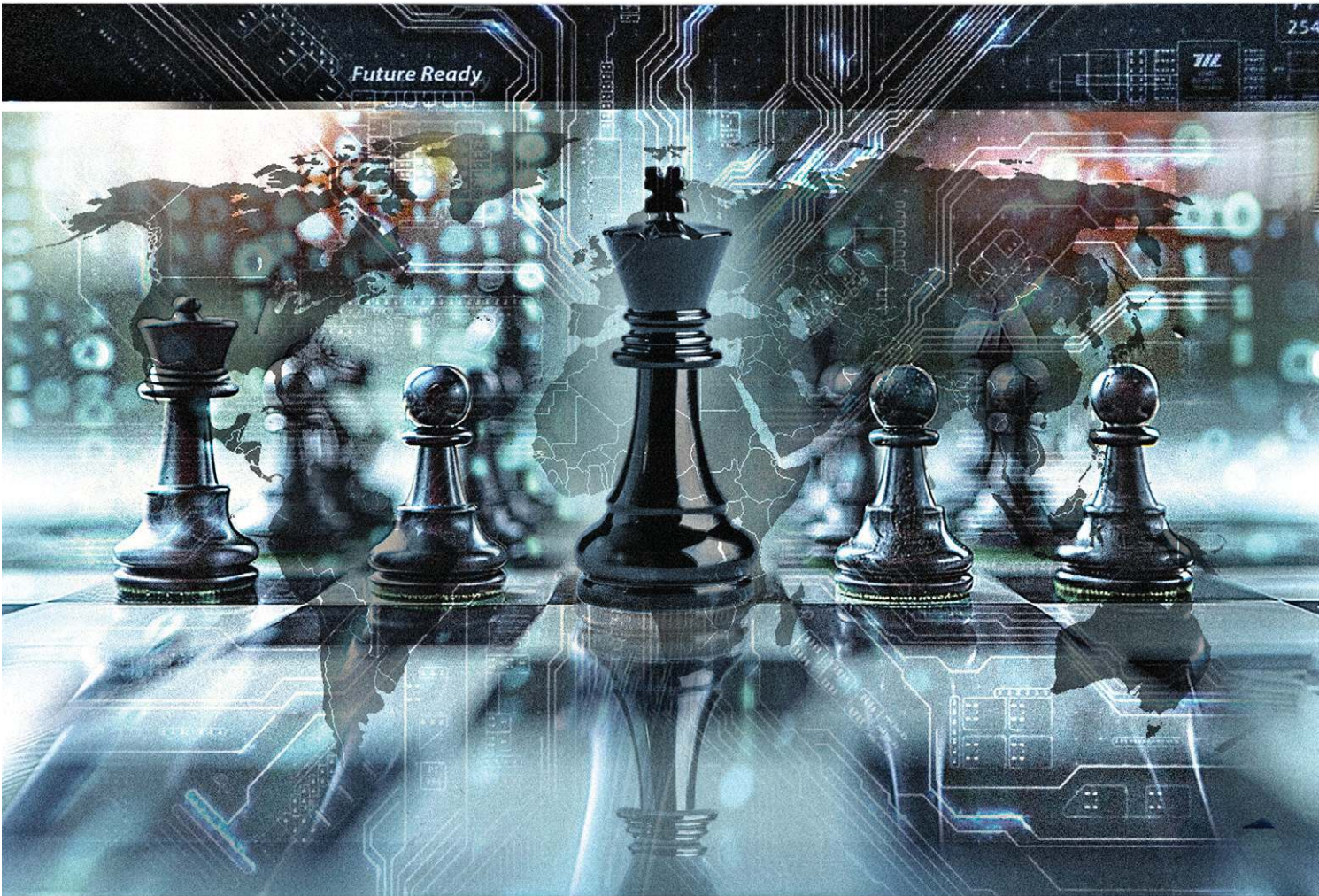
então feitos marcantes na história científica do Brasil: criei o Ministério da Ciência e Tecnologia, dando aos nossos cientistas recurso e prestígio. Para se ter uma ideia, o CNPq concedeu mais bolsas em meu governo do que em todos os seus 34 anos anteriores. Com isso, tivemos grandes marcos científicos, como o primeiro reator de pesquisas nucleares, o domínio do enriquecimento do urânio, o primeiro acelerador linear de elétrons, o centro de construção e o primeiro laboratório de testes de satélites, o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron, o sistema de monitoramento ambiental por satélites, o desenvolvimento de novos materiais, como fibras óticas e cerâmicas de alta resistência, avanços em radar, lasers e tantas outras coisas.

Acreditava eu — e ainda penso da mesma forma — que o mundo do futuro não será de países grandes ou pequenos, mas daqueles que dominarem tecnologias e saberes científicos. A ciência e a tecnologia são tão importantes no processo produtivo contemporâneo quanto (ou até mais do que) os recursos naturais, os equipamentos industriais ou a própria mão de obra.

Assim, o apoio à comunidade científica deve estar na mesa dos planejadores tanto quanto a infraestrutura e a política econômica. O Brasil, como o grande país que é, não pode jamais ficar no fim da fila dos saberes científicos. Devemos aspirar não somente a participar da inteligência mundial, como também a fomentar o desenvolvimento de cérebros que nos assegurem não somente prêmio Nobel, mas uma equipe capaz de caminhar assim como na agricultura, na pecuária, no desenvolvimento de vacinas, em todos os ramos das inovações tecnológicas.

O Brasil não pode abdicar de ser o país do presente e do futuro.

maurenilson



Anísio Teixeira: missão educação



» SILVESTRE GORGULHO
Jornalista. Foi Secretário
de Estado de Comunicação
e Secretário de Estado de
Cultura de Brasília

A vida ensina sempre. E, em 1665, em São Luís do Maranhão, o Padre Antônio Vieira ensinou que a "educação e a humildade são moedas de ouro. Valem muito em qualquer lugar e em qualquer tempo". A essas duas virtudes, quando se fala do professor Anísio Spínola Teixeira, temos que acrescentar pelo menos mais uma: visionário.

Anísio Teixeira defendeu uma educação universal e a implantou em Brasília. Seu objetivo era, com a educação, gerar uma revolução social. Não defendia uma meia revolução, mas uma revolução total. Tinha um propósito certo: "Educação não é privilégio. É valor universal. Tem que ser gratuita, interativa e acessível a todos".

Vinte e oito anos antes da inauguração de Brasília, sempre visionário, o patrono da educação pública do Brasil assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, projetando-se como um dos maiores educadores nacionais. Para elaborar e desenvolver esse documento, Anísio Teixeira trouxe as ideias do professor, filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey, o pai da escola nova. Dewey formulou os princípios básicos do movimento para uma educação baseada na participação ativa do aluno. Criticava o modelo tradicional focado na memorização.

Mais do que aderir ao pensamento de Dewey, Anísio Teixeira realizou traduções das obras do autor. Sempre idealista, ante uma

realidade em que a maioria da população permanecia sem qualquer acesso à formação básica enquanto uma elite frequentava escolas de formação clássica, Anísio se lançou na missão da educação. Lutou muito para mudar o cenário da educação pública no Brasil.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (detalhe: usou o mesmo termo nova do professor Dewey) propunha que o conhecimento tinha de ser construído pela prática e pela interação com o mundo real, visando formar cidadãos criativos e capazes de gerenciar a própria liberdade em uma sociedade democrática. Era uma reforma radical no sistema educacional brasileiro. O Manifesto foi redigido por 26 intelectuais. Além de Anísio Teixeira, assinaram Cecília Meireles, Fernando Azevedo, Delgado de Carvalho, Roquette Pinto e Hermes de Lima.

Na construção de Brasília, Anísio Teixeira concebeu e implantou o Plano de Construções Escolares da Nova Capital, com as icônicas escolas parques, que até hoje empunham a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Ela é alma do Manifesto de 1932.

Em boa hora, a secretária de Estado de Educação do DF, Hélvia Paranaçuá, com sensibilidade de mestra da educação, teve a perspicácia e a sensatez de resgatar e trazer aos holofotes da política e da comunidade pedagógica os ensinamentos e a obra de Anísio Teixeira. Hélvia levou ao governador a ideia de homenagear o legado do patrono da educação pública no Brasil pelos muitos de seus seguidores que souberam plantar seus métodos e aos que contribuíram para o fortalecimento e a valorização da educação pública. Ibaneis Rocha encampou a proposta e, em 13 de junho de 2023, assinou o Decreto nº 44.620, criando a Medalha Anísio Teixeira,

que será entregue hoje, no auditório da Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape).

Voltando no tempo. Ao tomar por base os ensinamentos de Anísio Teixeira no desenvolvimento de ações para formação cidadã e, assim, qualificar o cidadão para o mercado de trabalho buscando a superação das desigualdades que, em 2007, como secretário de Estado da Cultura, sempre muito bem orientado pelas historiadoras Martita Icó e Luciana Ricardo e pelo professor José Carlos Coutinho, fizemos o estudo para o tombamento da obra e do legado de Anísio Teixeira, a pedido do então governador José Roberto Arruda. Em 4 de julho de 2007, entre vários "considerando", enaltecendo a obra e legado de Anísio Teixeira, o governador Arruda assinou o decreto nº 28.093, tombando e registrando o ideário pedagógico de Anísio Teixeira, por ter elaborado e implantado o Plano de Construções Escolares de Brasília.

Vale lembrar que, além desse registro de tombamento, ainda fizemos outros 10: o do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, do Cine Brasília, do Clube do Choro, da Via Sacra do Morro da Capelinha, do Teatro Dulcinea e Acervos, da Escola EIT de Taguatinga, da Revista Brasília, da Unidade de Vizinhança 107/108, da Aruc e do Clube de Golfe.

Tombamento é uma palavra de origem portuguesa que significa registrar um bem material ou imaterial no livro da Torre do Tombo, em Portugal. A Torre do Tombo, situada na torre do Castelo São Jorge, hoje tem um nome pomposo: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. E o Brasil segue essa tradição.

De minha parte, ainda continuo com outro sonho: tomba o céu de Brasília. Afinal, para Lucio Costa, "o céu é o mar de Brasília", e o céu é parte de seu genial Plano Piloto. Um dia chegaremos lá.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Surdez coletiva

Talvez não haja veneno mais eficaz para corroer os laços de uma sociedade do que o hábito insidioso de enxergar o outro não como interlocutor, mas como inimigo. A polarização, esse mal que se disfarça de convicção, vem se estranhando no tecido nacional com tal sutileza que não se sabe onde termina a política e começa o ódio. No Brasil, a divisão em campos opostos, muitas vezes estimulada por discursos oficiais, por algoritmos ou pela própria fragilidade educacional, se converteu em paisagem cotidiana. O fenômeno, embora costume ser atribuído a governos recentes, tem raízes mais antigas, plantadas na incapacidade coletiva de sustentar o diálogo e na persistente desigualdade estrutural que produz exclusões simbólicas e materiais.

Segundo o relatório *Democracia sob Tensão*, do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (UFMG, 2024), cerca de 72% dos brasileiros afirmam sentir que o país está "profundamente dividido", um índice que cresceu 11 pontos percentuais desde 2018. Esse mesmo levantamento aponta que 64% das pessoas evitam discutir política com amigos ou familiares, tamanho o desgaste das conversas e a tensão instalada no cotidiano. Há quem diga que se trata de um fenômeno passageiro, mas os números e as redes digitais mostram o contrário. O Datafolha revelou, em maio de 2024, que nove em cada 10 eleitores afirmam não se arrepender do voto de 2022, o que evidencia o endurecimento das identidades políticas e a cristalização da cisão social.

Os efeitos disso vão muito além da urna. A polarização infiltrou-se no entretenimento, nas universidades, nas empresas e até nas mesas de bar, corroendo o que o sociólogo Zygmunt Bauman chamaria de "zonas de convivência líquida". A cada episódio, a desconfiança se renova: artistas são boicotados, intelectuais são cancelados, professores são vigiados e jornalistas são atacados sob qualquer pretexto. Relatório da Unesco (2023) alerta que o Brasil figura entre os 10 países com maior volume de ataques virtuais a comunicadores e artistas em razão de opiniões políticas, o que demonstra que a fratura cultural acompanha a fratura cívica.

Festivais, exposições e prêmios têm sido atravessados por disputas ideológicas que pouco ou nada têm a ver com estética ou mérito. O Observatório de Economia Criativa (UFBA, 2024) mostrou que 38% dos artistas brasileiros afirmam ter perdido contratos ou convites de trabalho por causa de sua posição política, enquanto 52% relatam autocensura em redes sociais e apresentações públicas para evitar retaliações. Trata-se de um dado alarmante, pois revela que a polarização não apenas divide, ela silencia.

No entanto, a origem do problema não pode ser reduzida a um espectro político específico. Pesquisas internacionais, como a do Pew Research Center (2024), indicam que o Brasil é um dos países com maior índice de polarização afetiva da América Latina, superado apenas por Estados Unidos e Argentina. Essa "polarização afetiva" é aquela em que a rejeição ao outro partido ou grupo social importa mais do que a adesão racional às ideias do próprio lado. Em outras palavras, não se trata apenas de divergência, mas de aversão moral. E essa aversão é alimentada, todos os dias, por um sistema comunicacional que recompensa a indignação.

As redes sociais têm papel central nessa engrenagem. O relatório *Digital 2025*, da consultoria We Are Social, mostra que o Brasil tem mais de 150 milhões de usuários ativos nas redes, com tempo médio diário de 3 horas e 46 minutos em plataformas digitais, um dos maiores do mundo. O mesmo relatório aponta que conteúdos com teor emocional negativo (raiva, ironia, indignação) alcançam até 70% mais engajamento do que postagens neutras. O algoritmo, portanto, não apenas reflete a polarização, mas a multiplica, incentivando o confronto e desestimulando o diálogo.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revelou, no Censo da Educação Básica 2024, que apenas 34% dos alunos do ensino médio compreendem plenamente textos argumentativos complexos, uma estatística que explica muito sobre nossa vulnerabilidade à manipulação simbólica. Um país que não lê, não interpreta e não debate tende a ser refém da simplificação e da mentira. E a mentira, quando vestida de verdade partidária, transforma-se em instrumento de poder.

Em 2023, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV Cultura), o setor cultural brasileiro perdeu 18% de seu público presencial em relação ao período pré-pandemia, fenômeno atribuído não apenas à crise econômica, mas também à crescente rejeição do público a manifestações percebidas como "partidárias". A plateia, antes diversa, se fragmentou em bolhas.

Sociólogos como Jessé Souza e Ladislau Dowbor vêm alertando que a polarização tem servido como cortina de fumaça para a ausência de políticas estruturais de longo prazo. Por isso, o enfrentamento da polarização exige mais do que bons modos: exige reconstrução cultural e educacional. É preciso investir em programas de educação midiática, fomentar o pensamento crítico desde a infância e estimular políticas culturais que valorizem o dissenso como aprendizado, e não como ameaça. A OCDE, em relatório publicado em 2024, indica que países que introduziram currículos de "educação para cidadania digital" reduziram em até 30% os índices de radicalização juvenil on-line em cinco anos. A lição é clara: o diálogo precisa ser ensinado.

Também é necessário repensar a relação entre Estado, cultura e financiamento. Quando o apoio público se converte em recompensa a fidelidades ideológicas, o espaço da arte se empobrece. E quando o artista teme a rejeição de parte do público por se expressar, o país perde um de seus mais antigos instrumentos de autocrítica. A pluralidade não deve ser privilégio de um grupo, mas fundamento da nação.

Ao fim, o mal da polarização, talvez, não esteja na divergência em si, pois o conflito de ideias é o motor da democracia, mas na transformação da diferença em fronteira. O Brasil, com sua vocação histórica para a mistura e o diálogo, parece agora se esquecer de que nenhuma sociedade resiste quando as palavras se tornam pedras. É preciso, portanto, reaprender o idioma da convivência, antes que a surdez coletiva se torne permanente.

Enquanto houver quem prefira gritar a ouvir, o país continuará dividido não em partidos, mas em pedaços. E cada pedaço, por menor que pareça, levará consigo um fragmento do que fomos: um povo capaz de rir de si mesmo, de abraçar o outro e de reconhecer, no rosto diferente, a semelhança que nos fazia inteiros.

A frase que foi pronunciada:

O destino conduz o que consente
e arrasta o que resiste.

Séneca

História de Brasília

E por falar nisto, estão enganando o presidente da República. Houve uma decisão para reiniciar as obras em Brasília. O IAP-FESP e o IAPM lançaram-se numa euforia arquitetônica e aparam no meio do caminho. (Publicada em 11/5/1962)